



LUANALILA

**DELIBERAÇÃO 01/2001**

## DEBATE ANALISA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ENSINO NA PUC-SP

*PROFESSORES E ESTUDANTES ORGANIZAM COMITÊ PARA APROFUNDAR A QUESTÃO*

Acima (esq.) a mesa do evento; ao centro a professora Marijane Lisboa e à sua direita a professora Bia Abramides; abaixo a ex-aluna Alessandra Fahl.

*Deliberação 01/2011 - Como ficamos e para onde vamos.* Sob este título professores e estudantes reuniram-se no dia 17/3 para debater as consequências do ato do Consad sobre a universidade. Organizado pela APROPUC, CAs e movimentos de oposição estudantil, o debate aprofundou uma série de temas que constituem o dia a dia da comunidade puquiãna.

Na mesa, a professora Priscilla Cornalbas, diretora da APROPUC, historiou a crise da PUC-SP, desde o momento em que a Igreja inicia o seu investimento em educação no Brasil, até os dias de hoje. Priscilla lembrou que o grande momento da PUC-SP aconteceu nas décadas de 70/80, quando a política da Igreja voltada para a opção pelos pobres refletiu-se na universidade. Com as mudanças políticas da Igreja e a diminuição de verbas públicas o modelo mostrou-se insustentável e começou a "fazer água", desembocando na universidade elitista e mercantilizada que temos hoje.

A professora Mathilde Maria Melo, da Faculdade de Ciências Sociais e uma das organizadoras do debate, afirmou que é impossível manter-se um ensino de qualidade quando o professor assume oito ou nove turmas, não sobrando-lhe tempo para a pesquisa. Para a professora o pior pode estar por vir pois a deliberação pode ser implantada em agosto em toda a sua extensão.

Os estudantes Thiago Ribeiro Pereira, (Psicologia) e Vinicius Patrício (Ciências Sociais), discorreram sobre as reações que a situação vem causando aos estudantes que, em algumas unidades, entraram em greve neste início de ano. Vinicius lembrou também que a crise atinge igualmente os funcionários e trabalhadores terceirizados da PUC-SP que hoje vivem em condições muitas vezes sub-humanas.

### MAXIEXPLORAÇÃO

A professora Marijane Lisboa, da Faculdade de Ciências

Sociais, disse que "quando aceitamos o eufemismo 'maximização', na realidade aceitamos a maxiexploração". Para a professora vivenciamos hoje a exploração da mais-valia absoluta dentro da universidade e uma saída real só poderá surgir dos alunos, já que a maioria dos professores está acomodada. Os ex-estudantes Roberto Lopes da Silva e Alessandra Fahl denunciaram a perseguição que vêm sofrendo para pagamento da bolsa que receberam da universidade. Os estudantes denunciaram como o gerenciamento da Igreja Católica aprofundou os processos de mercantilização na PUC-SP (veja íntegra da denúncia na página 6).

Vários alunos tomaram a palavra, lembrando aspectos pontuais que a crise vem introduzindo em suas unidades, como a redução de turmas ou a adoção da média sete no Direito para atender aos interesses da OAB.

A professora Beatriz Abra-

mides finalizou enfatizando que a única solução é retomar a perspectiva unitária da universidade, pois hoje a PUC-SP é uma universidade que não vibra. Para Bia, parte dos professores capitulou e uma outra parte está desinteressada. Os novos docentes entram e logo saem da universidade, pois são submetidos a uma tabela salarial aviltante. A crise poderá se aprofundar, já que novas medidas são prometidas para agosto, sem que possamos discuti-las, pois o Consad decide tudo.

Ao final do debate os representantes da APROPUC propuseram a formação de um Comitê, que deve contar com a presença de professores, funcionários e estudantes para aprofundar as questões levantadas no debate, numa tentativa de propagar a discussão levantada naquele momento. A proposta foi aprovada por todos e a primeira reunião do Comitê foi marcada para terça-feira, 22/3, às 18h, na sede da APROPUC.

# Funcionários aprovam texto do novo Acordo Interno de Trabalho

Reunidos em assembleia no dia 17/3, os funcionários aprovaram o texto de seu novo Acordo Interno de Trabalho que vigorará até 28/2/2012. Das sete modificações propostas pelos funcionários a Fundação São Paulo aceitou integralmente três, ficou de estudar a possibilidade de extensão da bolsa de estudos para a Unifai e recusou três (veja na tabela ao lado).

A diretoria da AFA-PUC também relatou as negociações com a Fundação, nas quais os funcionários reivindicavam a utilização do ICV-Dieese como índice de reajuste. O padre Rodolpho Perazzolo disse que aceitará somente aquilo que for decidido nas negociações sindicais, porém afirmou que poderá estudar a possibi-

O que muda no Acordo Interno dos Funcionário	
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	POSIÇÃO DA FUNDASP
<b>Auxílio aposentadoria por invalidez</b> - Excluir a palavra "invalidez" ampliando o alcance do auxílio. Trocar o Plano Intermédica para o Sul América	Não aceita
<b>Bolsa (Capítulo V- Par 6º)</b> Modificar o rendimento acadêmico para manutenção da bolsa (de 75% para 70%) e diminuir o índice de reprovação (de 25 para 30%)	Não aceita
<b>Bolsa (Capítulo V- Par 5º)</b> - Excluir da cláusula a palavra "correlata" para aumentar a possibilidade de concessão de bolsas ao funcionário.	Não aceita
<b>Bolsa (Capítulo V- Cláusula 11)</b> - Ampliar a concessão de bolsas para o Colégio Luiza de Marilac e a Unifai	Segundo a Fundasp já existe um desconto de 35% no Colégio Marilac e a questão da Unifai será colocada para seus gestores
<b>Reembolso Aux.-Escola</b> - Atualização de valores para R\$ 400,00	Aceita
<b>Garantia de emprego aos funcionários em vias de aposentadoria até 36 meses antes de sua aposentadoria</b>	Aceita
<b>Multa pelo não cumprimento de cada cláusula</b> - Passa de 30 UFIRs para 30 UFESP	Aceita

lidade de um adiantamento salarial (entre 4 e 5%) para o próximo mês de abril, caso as negociações salariais se prolonguem por mais tempo.

O presidente da AFA-PUC, Francisco Cristóvão, lembrou ainda que neste semestre deverão acontecer as eleições para a AFAPUC e para os representantes ad-

ministrativos nos Conselho Superiores e que para isto a entidade estará convocando nova assembleia para formação de comissões eleitorais.

## Mulheres em ato pelos seus direitos

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, nesse ano, no Brasil, caiu em plena terça-feira de carnaval, no Brasil. Por isso, o tradicional ato político foi adiado para o sábado, 12/3. Contando com cerca de 3 mil manifestantes, em uma manhã de garoa intensa, tinha em sua maioria mulheres de diversas organizações políticas, coletivos feministas e entidades de universidades.

Entre as reivindicações do ato deste ano estavam a legalização do aborto, criação de creches no local de trabalho e estudo, licença maternidade de no mínimo seis meses e a efetiva implementação da lei Maria da Penha.

Os estudantes da PUC-

SP participaram ativamente, representados pelos Centros Acadêmicos Benevides Paixão, Psicologia, CACS, Coletivo Feminista Yabá, Grupos Construção Coletiva, Pão e Rosas, Rugido do Leão, além das entidades nacionais da qual participam como a ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). A APROPUC também apoiou o ato e participou de sua organização.

Diversas falas reivindicando as pautas feministas foram realizadas, porém foi dado um destaque especial à eleição da primeira presidente mulher do Brasil.

Embora seja uma conquista, a maioria das falas apontou que a mudança não será efetiva se as pautas históricas do movimento feminista não forem colocadas em prática. Dilma, durante a campanha presidencial, retirou a questão da legalização do aborto de seu plano de

governo para que pudesse assim se eleger.

Debates e atividades sobre mulheres estão sendo realizados durante o mês de março na PUC-SP e em todo o país, e a cobertura poderá ser acompanhados nessa e nas próximas edições do *PUCviva*.

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Victor Sousa, Ana Carolina Andrade e Marina D'Aquino

**Fotografia:** Luana Lila

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, e Victoria C. Weischtorf

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# APROPUC lança revista sobre o Haiti

Com a temática sobre o Haiti, a APROPUC realizou mais um lançamento de revista nesta quarta, 16/3. O debate foi organizado pela professora Maria Lúcia Barroco e pelo professor Erson Martins de Oliveira, e contou com a participação de Osvaldo Coggiola, Otávio Callegari, Simone Ishibashi e Franck Seguy.

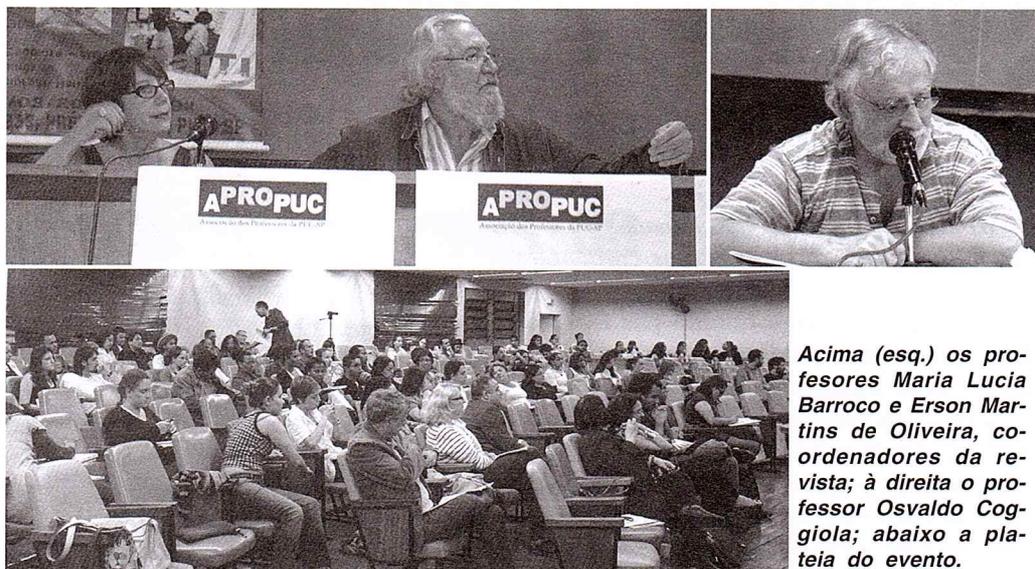
A professora Maria Lúcia Barroco iniciou o debate destacando que a revista viria para lançar um olhar crítico sobre a imagem construída pela mídia frente a ajuda humanitária no país pós terremoto. O sociólogo haitiano, Franck Seguy, contestou a visão passada na imprensa, de que a tragédia após o terremoto era natural, mostrando que só ocorreu naquelas magnitudes por ser uma construção histórico-social.

Para complementar a vivência do sociólogo, Otávio Callegari, estudante da Unicamp, relatou sua experiência no país, tanto por estar presente no momento do terremoto quanto ao retornar ao Haiti em janeiro de 2010. Já o professor Osvaldo Coggiola ressaltou a importância de se entender o Haiti como a essência da história da América Latina, e não como a exceção.

## MULHERES HAITIANAS

Colocando a questão das mulheres no Haiti, Simone Ishibashi, levantou dados da Anistia Internacional que considera subestimados, como o de que existem em média 35 mil mulheres estuproadas nos acampamentos de desabrigoados, desse número 16% são de meninas em torno de 10 anos de idade, e ainda, 14% estuproadas por membros das forças de segurança. O professor Erson Martins concluiu o debate enfatizando a necessidade da organização dos trabalhadores haitianos para superar esse processo.

Ao final do encontro foi tirado um comitê em defesa do Haiti e contra a presença das tropas no Haiti. A professora Bia Abrami-des leu o manifesto da revista, que reproduzimos ao lado.



JOSÉ COUTINHO JUNIOR

Acima (esq.) os professores Maria Lúcia Barroco e Erson Martins de Oliveira, coordenadores da revista; à direita o professor Osvaldo Coggiola; abaixo a plateia do evento.

## Manifesto de lançamento da Revista PUCviva:

# Fora as forças imperialistas de intervenção! Viva a autodeterminação do Haiti!

A assombrosa crise social em que está mergulhado o povo do Haiti exige da classe operária mundial, da juventude e de todos os povos oprimidos total atenção. Não se trata de incentivar a ilusão humanitária propagada aos quatro cantos pelo imperialismo, por suas agências e por ONGs submetidas aos interesses capitalistas. Por trás do assistencialismo e do humanitarismo, escondem-se sedentas aves de rapinas. É o que ficou demonstrado na catástrofe social provocada pelo terremoto que desmoronou o Haiti, em 12 de janeiro de 2010.

Trezentos mil mortos e um milhão e meio de desabrigoados foram apenas os sintomas imediatos. Passou-se mais de um ano, e o inferno em que trabalhadores, crianças, jovens e velhos foram imersos se perpetua. É o inferno do desemprego, do subemprego, do salário mínimo de miséria, da fome, das doenças, das epidemias, das mulheres violentadas pelas tropas de ocupação e da decomposição moral. A força da natureza não fez senão expor amplificadamente a barbárie do capitalismo nesse País se-

micolonial, de economia arrasada e saqueada pelo capital imperialista.

A atenção que devemos dar ao povo do Haiti parte da defesa do direito à autodeterminação. Rechaçamos a falaciosa propaganda colonialista de que o povo haitiano não tem condições de tomar em suas mãos os problemas de seu país. Execramos a versão mentirosa de que as forças militares da ONU cumprem um papel de pacificação e de ajuda humanitária. Denunciamos o Estado brasileiro e seu governo de compactuarem com a opressão nacional perpetrada pelos Estados Unidos. Abominamos as ONGs que pululam no Haiti, ricamente financiadas, e que servem de máscara ideológica ao pacifismo opressor imperialista.

A verdade é que o assolado Haiti carrega um longo percurso de saque, de início colonialista e depois imperialista. O domínio dos Estados Unidos, que se seguiu ao da Espanha e França, bloqueou e bloqueia o desenvolvimento econômico e social da ilha caribenha. A burguesia haitiana não foi capaz de se valer da mais antiga independência conquistada nas Américas, a segunda depois dos Estados

Unidos. Não pôde por em pé uma República democrática. E acabou se tornando completamente servil.

Um país agrário que não desenvolveu a indústria. Um país utilizado pelas multinacionais para drenar o sangue dos operários. Um país cujas terras foram prematuramente controladas por companhias estrangeiras. Um país de camponeses e massas urbanas empobrecidas, famintas e castigadas por manifestações da natureza. Um país que teve sua população indígena, em pouco tempo, dizimada pelos espanhóis. Um país que se libertou da escravidão negra à custa de violentos combates.

Esse é o Haiti - um país que necessita se emancipar dos modernos grilhões do imperialismo, estendidos pelo mundo todo. O Haiti pode e deve tomar os problemas em suas próprias mãos.

**Fora os Estados Unidos, a ONU, a Minustah, as ONGs e o Brasil do Haiti**

**Viva um Haiti independente!**

**Por um Haiti dos operários, dos camponeses e da juventude oprimida!**

**Por um Haiti livre da miséria e da fome!**

## SEUS DIREITOS

# Entenda as cláusulas que regulamentam a redução de carga horária

*Abaixo publicamos as cláusulas 21 e 22 do Sinpro-SP, juntamente com os devidos comentários.*

## Redução de carga horária por extinção ou supressão de disciplina, classe ou turma

*Ocorrendo supressão de disciplina, classe ou turma em virtude de alteração na estrutura curricular prevista ou autorizada pela legislação vigente ou por dispositivo regimental devidamente aprovado por órgão colegiado da Instituição de Ensino, o PROFESSOR da disciplina, classe ou turma deverá ser comunicado da redução da sua carga horária, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do período letivo e terá prioridade para preenchimento de vaga existente em outra classe ou turma ou em outra disciplina para a qual possua habilitação legal.*

*Parágrafo primeiro - O PROFESSOR deverá manifestar por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a comunicação da MANTENEDORA, a não aceitação da transferência de disciplina ou de classe ou turma ou da redução parcial de sua carga horária. A ausência de manifestação do PROFESSOR caracterizará a sua aceitação.*

*Parágrafo segundo - Caso o PROFESSOR não aceite a transferência para outra disciplina, classe ou turma ou a redução parcial de carga horária, a MANTENEDORA deverá manter a carga horária semanal existente ou, em caso contrário, proceder à rescisão do contrato de trabalho, por demissão sem justa causa.*

A instituição de ensino deverá comunicar, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias do início do período letivo sobre a extinção ou supressão de disciplina, classe ou turma, sob pena de ser compelida ao pagamento das diferenças salariais.

Esse é o entendimento da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho que não conheceu recurso de revista da Academia Paulista Anchieta e manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o direito da professora em receber as diferenças salariais decorrentes da redução no número de horas-aulas ministradas.

A relatora do processo, juíza Maria Doralice Novaes, esclareceu que a redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não significa alteração contratual, conforme já consagrado na Orientação Jurisprudencial n.º 244, da Seção I de Dissídios Individuais do TST. Contudo, nesse caso, a escola não comunicou, previamente e por escrito, à professora sobre essa alteração, nem havia prova de aceitação da docente das novas condições de trabalho. (RR-82300-02.2005. 5.02.0054).

## 22. Redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados

*Na ocorrência de diminuição do número de alunos matricu-*

*lados que venha a caracterizar a supressão de turmas, curso ou disciplina, o PROFESSOR do curso em questão deverá ser comunicado, por escrito, da redução parcial ou total de sua carga horária até o final da segunda semana de aulas do período letivo.*

*Parágrafo primeiro - O PROFESSOR deverá manifestar, também por escrito, a aceitação ou não da redução parcial de carga horária no prazo máximo de cinco dias após a comunicação da MANTENEDORA. A ausência de manifestação do PROFESSOR caracterizará a sua não aceitação.*

*Parágrafo segundo - Caso o PROFESSOR aceite a redução parcial de carga horária, deverá formalizar documento junto à MANTENEDORA e, em não aceitando, a MANTENEDORA deverá proceder à rescisão do contrato de trabalho, por demissão sem justa causa, caso seja mantida a redução parcial de carga horária.*

*Parágrafo terceiro - Na hipótese de rescisão contratual, por demissão sem justa causa, o aviso prévio será indenizado, estando a MANTENEDORA desobrigada do pagamento do disposto na cláusula 29 da presente Convenção - Garantia Semestral de Salários.*

*Parágrafo quarto - Não ocorrendo redução do número de alunos matriculados que venha a caracterizar supressão do curso, de turma ou de disciplina, a MANTENEDORA que reduzir a carga horária do PROFESSOR estará sujeita ao disposto na cláusula 29 desta Convenção - Garantia Semestral de Salários - quando ocorrer a rescisão do contrato de trabalho do PROFESSOR.*

A redução no número de aulas decorrente da diminuição do número de alunos matriculados exige a comunicação, por escrito e até o final da segunda semana de aula, além da concordância formal entre o professor e a instituição de ensino.

A proposta de redução deve ser feita por escrito. O professor deve sempre responder por escrito, no prazo de cinco dias, se aceita ou não.

A ausência dos requisitos formais impostos pela regra coletiva para a redução de carga horária configurará a irregularidade do ato e a obrigatoriedade do pagamento das diferenças salariais por infração ao artigo 7º da Constituição Federal e a garantia semestral prevista na cláusula 29 da CCT.

É importante lembrar que a garantia semestral de salários só deixará de ser paga se a diminuição do número de matrículas de fato justificar a supressão de uma classe ou curso, ou seja, não é o que ocorre se duas classes de 30 alunos formarem uma única sala de 55, por exemplo.

Além disso, a instituição de ensino deve provar que houve a redução de alunos para diminuir a carga horária do professor, pois, conseqüentemente, haverá redução na remuneração do docente.

Os Tribunais do Trabalho de São Paulo e Rio já possuem diversas decisões nesse mesmo sentido.

# GAUCHE NA VIDA

LOUISE MICHEL

## "A revolução social é o mais vivo dos meus desejos: mais ainda, me orgulho de ser uma das promotoras da Comuna"<sup>1</sup>

Louise Michel foi uma lutadora francesa que defendeu a causa da Comuna de Paris não apenas com discursos inflamados e paixão, como também com armas nas mãos. Estudou em Chaumont, onde obteve o título de professora. Sua personalidade desafiadora manifestou-se já na graduação, quando se negou a jurar lealdade ao Império Napoleônico, levando-a a fundar uma escola livre - inspirada em ideais radicais, republicanos e anti-clericais - para poder exercer sua profissão. Sua vida foi muito ativa: enquanto colaborava com jornais de oposição, seguia cursos noturnos e frequentava reuniões nos centros comunistas clandestinos. Também era poetisa - Victor Hugo foi seu mestre e conselheiro.

Entre os meses de março e maio de 1871, a classe operária conquistou seu primeiro órgão de poder na história. Esta ação das massas, que só pode ser anulada por uma tremenda repressão que durou semanas, ficou imortalizada como a primeira grande tentativa dos trabalhadores de construir uma nova ordem social justa e igualitária. Nessa luta revolucionária, a presença das mulheres foi um fator fundamental. Elas brigaram para equiparar seus direitos de cidadãs aos dos homens, enquanto lutavam para melhorar os dos sujeitos mais desprovidos da ordem social que imperava.

No dia 18 de março de 1871, quando os operários alçam a bandeira vermelha na prefeitura de Paris, Louise Michel encabeça a insurreição. Foram as mulheres que, colocando seus corpos diante dos canhões, im-

pediram que as tropas desarmassem Paris, desencadeando a reação popular. Elas saíram de suas casas para tomar o lugar dos homens que foram assassinados ou estavam presos; começaram a trabalhar em fábricas de armas e munições, nos hospitais, nas cozinhas de retaguarda; mas também empunharam os fuzis que recolhiam daqueles que haviam caído. Houve, inclusive, um batalhão da Guarda Nacional formado exclusivamente por mulheres que lutou com muita valentia nas barricadas durante a última semana da Comuna, até que foram fuziladas uma a uma.

A Comuna foi um exemplo brilhante de como o proletariado pode cumprir as tarefas democráticas desempenhadas pela burguesia. Sem nenhuma legislação complicada, com simplicidade, o proletariado que havia conquistado o poder suprimiu a burocracia e estabeleceu a eleição dos funcionários pelo povo. Desfez instituições caras à ordem social burguesa, suprimindo o exército, contrapondo-lhe o povo em armas; perdoou dívidas atrasadas pelos inquilinos; estipulou que cada cargo público tivesse uma retribuição equivalente ao salário de um operário, para eliminar os privilégios da casta de funcionários, decretou a separação entre Igreja e Estado, aboliu taxas designadas a fins religiosos e declarou de propriedade nacional todos os bens da Igreja. Além disso, pela primeira vez na história, proclamou-se a igualdade de direitos para as mulheres.

Entretanto, dois erros estragaram os frutos dessa vitória. Em vez de proceder com a

expropriação dos expropriados, o proletariado deteve-se e pôs-se a sonhar com a idealização da justiça suprema sem se apoderar de instituições cruciais, como por exemplo, os bancos. O segundo erro consistiu na excessiva magnanimidade do proletariado: em vez de exterminar seus inimigos, tentou influir moralmente sobre eles, depreciando a importância que as ações militares têm na guerra civil e, em vez de coroar sua vitória em Paris com uma ofensiva sobre Versailles, demorou, permitindo que o governo reunisse forças para preparar a Semana Sangrenta de maio.

Louise Michel lutou incansavelmente durante os meses que durou a Comuna. Organizou o Clube da Revolução, cujas sessões presidiu com frequência. Advogou pela educação profissional e pela criação de orfanatos laicos - uma inovação inaceitável na época. Como militante, participou da 1ª Internacional, fundando a União de Mulheres para a Defesa de Paris e a Ajuda aos Feridos. Foi também eleita para presidir o Comitê Republicano de Vigilância dos cidadãos.

No dia 16 de dezembro de 1871, Louise aparece perante os juízes pedindo sua morte, reivindicando morrer no Campo de Sartory, onde milhares de seus irmãos de classe foram massacrados pelas tropas de Versailles. Mantém uma atitude heróica no tribunal, rechaçando os advogados designados a ela e apresentando pessoalmente sua defesa. Finalmente, foi deportada para Nova Calcedônia por 9 anos, onde ensinou os nativos a pensar na

liberdade, acompanhando-a em sua rebelião contra o jugo colonial francês. Ao retornar a Paris, recebe uma pena de 6 anos por encabeçar uma manifestação de desempregados que culminou no apedrejamento de janelas de açougues e padarias. Entre 1890 e 1895, viveu em Londres, onde escreveu parte de suas poesias e romances. Entre suas obras, destacam-se *A Miséria*, *Os Malditos*, *A Filha do Povo*, *Os Micróbios Humanos*, *O Novo Mundo* e suas Memórias sobre *A Comuna*.

Louise, que mais tarde foi chamada de "a virgem vermelha" e "Joana D'Arc revolucionária", morreu em 1905, em Marselha, enquanto falava em uma conferência diante de um auditório operário. Uma multidão acompanhou seu funeral. Era enterrada a mulher que representou a participação feminina em atividades até então consideradas exclusivas dos homens, reafirmando a força revolucionária das mulheres operárias e do povo.

*O texto acima foi extraído de D'Atri, A. e Assunção, D. (org.) Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história. São Paulo. Edições Iskra. 2009. Adaptado.*

<sup>1</sup> Palavras de Louise Michel durante o interrogatório do Conselho de Guerra.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

## FALA COMUNIDADE

# PUC-SP persegue ex-bolsistas que não conseguem pagar dívida com a universidade

*Alessandra Fahl Cordeiro e Roberto Lopes da Silva Jr.*

Esta carta nasceu frente à necessidade de divulgar a política de terror instaurada pela PUC-SP contra ex-bolsistas da universidade. Estudamos na PUC-SP no final dos anos 90, concluindo o curso de História já no início do século XXI. Durante grande parte do curso, obtivemos a modalidade de bolsa restituível, uma vez comprovada carência que impossibilitava o pagamento das mensalidades.

No ato da conclusão do curso, fomos informados na então VRACOM (Vice Reitoria Comunitária) que, caso não pudéssemos arcar com o valor da restituição que seria cobrado a partir de um ano decorrido da formatura, todos os tradicionais canais de negociação da universidade estariam abertos.

Decorrido então este período, uma série de mudanças começaram a se desenhar na universidade. A partir de 2003, realizamos uma série de propostas de pagamento da dívida, dentro de nossas possibilidades - inclusive comprovando nossas rendas mensais, incompatíveis com os boletos que passamos a receber.

Em nenhum momento as nossas propostas foram aceitas. Concomitantemente a isso, a PUC sempre se recusou a reconhecer que, neste caso específico, existe um casal devedor, e não dois indivíduos. Mesmo comprovando que nos casamos em cartório no ano de 2002, a instituição recu-

sou-se a estabelecer uma negociação coletiva, desconsiderando que as duas dívidas juntas afetam a mesma renda familiar. A última proposta que fizemos foi entregar nosso automóvel - único bem que possuímos - para saldar parte das duas dívidas e tentar um pagamento compatível com nossas rendas do restante do valor. Mais uma vez, nossa proposta não foi aceita. As condições de pagamento impostas pela universidade sempre beiraram a nossa própria renda mensal.

Neste mês de fevereiro, meu esposo foi acordado por um oficial de justiça que trazia uma ação monitória, em curso de execução no valor de R\$39.000,00. Comparecemos à PUC-SP para mais uma tentativa de negociação, mais uma vez encontrando grande inflexibilidade por parte da instituição. Descobrimos então que o total da dívida de meu esposo chega ao valor de R\$70.000,00, e que, já estou sendo executada também no valor de R\$13.000,00, devendo um total de R\$60.000,00. Mais uma vez, a universidade não reconhece nossa união legalmente registrada, não reconhece nossa situação salarial, tampouco divide em parcelas acima de 36 vezes, sem contar que exige uma entrada com valor - para cada um de nós - muito acima do que vale o nosso veículo, por exemplo. Caso não paguemos a dívida, nossas contas bancárias serão bloqueadas e todo o salário depositado nelas será resgatado pela PUC-SP. Após esta medi-

da, nossos fiadores - no caso, nossos pais - passam à correr um risco eminente de perderem seus únicos imóveis que utilizam como moradia. Segundo informações fornecidas pela própria instituição, as nossas vidas estão nas mãos do Consun (Conselho Universitário), podendo aceitar ou não novas propostas de negociação.

Para demonstrar o caráter do terrorismo institucional que estamos sofrendo, vale a pena notificar alguns aspectos de suma relevância. Quando do nosso último comparecimento no setor de cobrança, foi absolutamente negado o acesso aos nossos prontuários, contendo todas as provas de que realizamos propostas de pagamento ao longo dos anos - inclusive uma série de manuscritos realizados nas folhas padrão da antiga VRACOM. Também houve recusa para fornecer a planilha de dívida da bolsa restituível, com detalhamentos para sabermos, dentro do valor totalizante, o que realmente faz parte da dívida, o que é multa e o que é juros. Fomos informados de que deveríamos tentar receber isso por email, podendo levar até 10 dias para obtermos resposta - tempo curto para quem tem apenas 15 dias para se defender de uma ação judicial de execução. Além disso, durante as conversações ainda sofremos atitudes preconceituosas por nossa opção de lecionar apenas em escolas públicas. Isso ocorreu devido à informação que revelamos sobre nossa renda mensal, que considerada muito baixa pela parte credora, ain-

da questionou porque não trabalhávamos mais.

Devemos encarar estes acontecimentos não apenas como um caso isolado que afeta apenas a vida particular de duas pessoas. É evidente que, caso soframos todas as consequências que a instituição pretende aplicar, nossas vidas serão absolutamente desfiguradas, perderemos toda a identidade que levamos anos para construir. Mas, mais do que isso, trata-se de um processo muito maior do que a vida de um indivíduo. Trata-se da criminalização daqueles que optaram por construir uma sociedade mais igualitária através dos serviços públicos e que, além de serem punidos por péssimas remunerações pelo Estado burguês que os empregam, ainda sofrem retaliações por parte do capital das empresas privadas. Criminalização também da pobreza, pois, vivendo em um país em que a burguesia dificilmente é punida por seus crimes, a população pobre devedora é tratada como autora de atos de bandidismo, sem chance sequer de defesa e negociação.

Convocamos a todos que se indignam frente às injustiças provocadas por um sistema que optou pelo capital e se esqueceu do ser humano, para entrar nesta luta de resgate dos valores comunitários, democráticos e que possam construir uma sociedade em que "o livre desenvolvimento de cada um signifique o livre desenvolvimento de todos".

*Alessandra Fahl Cordeiro e Roberto Lopes da Silva Jr. são ex-alunos de História da PUC-SP*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

### Março conta com diversas atividades feministas

Colocando a luta contra o machismo como atividade diária e aproveitando o destaque do Dia Internacional da Mulher, no mês de março diversas atividades feministas estão sendo realizadas no país.

Em Brasília, na terça, 15/3, a participação das mulheres na defesa dos direitos humanos e na luta contra a ditadura foi tema da 13ª Anistia Cultural, realizada pelo Ministério da Justiça. O evento contou com a entrega de processos sobre mulheres que foram perseguidas politicamente durante a ditadura e, em seguida, foi realizado o ato de homenagem e reconhecimento público.

Deverá ser lançado em breve, em data e local a serem divulgados pelo PUCViva, o livro *A precarização tem rosto de mulher - A luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP*, com apresentação de Maria Be-

atriz Abramides, presidente da APROPUC.

#### NA UNIVERSIDADE

Na PUC-SP, o Centro Acadêmico de Serviço Social realizou uma semana de debates, com a exibição de filmes, apresentação de coletivos feministas como Yabá, Dandara e Pão e Rosas para debater questões como a mercantilização do corpo da mulher, divisão sexual do trabalho e mulher na universidade, além de uma homenagem a ex-professora da PUC-SP, Heleieth Saffioti, socióloga e militante feminista brasileira, falecida no ano passado.

Já o Centro Acadêmico Benevides Paixão realizou na sexta, 18/3, oficina sobre mulher e mídia e uma confraternização, cujo tema foi "Abortando o Machismo". Na segunda, 21/3, apresenta seu coletivo de mulheres, às 18h, no espaço do Centro Acadêmico.

### Protesto denuncia política imperialista de Obama

Entre os dias 18 e 23/3 o presidente dos Estados Unidos Barack Obama visitará o Brasil e outros países da América Latina. Descontentes com a política imperialista do governo norte americano, uma série de entidades e organizações aproveitou a ocasião para convocar atos nas principais capitais do país.

No Rio de Janeiro o ato foi realizado na Cinelândia, durante o seu discurso na capital carioca. Já em São Paulo o ato foi realizado no dia 18/3, sexta-feira, na Avenida Paulista, na Praça do Ciclista, e além de denunciar políticas imperialistas dos EUA na América Latina, Iraque e Afeganistão, o ato prestou apoio ao povo da Líbia que luta contra o regime ditatorial de Kadafi. Belo Horizonte e Brasília também estão organizando atos de repúdio para os próximos dias.

A APROPUC apoia a

ação e assinou o manifesto junto com a Colutas, PSOL, MOPAT, ANEL, PSTU e UNEafro. A íntegra do manifesto está no site da APROPUC. Confira um trecho: "Obama, visto mundialmente como uma possibilidade de mudança na política imperialista internacional, quando de sua eleição, vem demonstrando que é um fiel defensor da ordem mundial da exploração e opressão dos povos e trabalhadores em todo o mundo. As tropas imperialistas continuam ocupando o Iraque, o Afeganistão, mantém a base e a prisão de Guantánamo. E, junto com o exército brasileiro, ocupam também o Haiti. [...] Estamos com os trabalhadores e os povos árabes em suas lutas em todos os países da região para derrubar as ditaduras e, ao mesmo tempo, denunciaremos qualquer tentativa de intervenção militar do imperialismo", diz o manifesto.

### Ato pede fim do racismo e genocídio no Brasil

No dia 21/3, será realizado o Ato Contra o Genocídio da População Negra, na Praça Ramos, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. A agitação começará às 12h e o ato público terá início às 18h. A organização é do Comitê Contra o Genocídio da População Negra ([www.contraogenocidio.blogspot.com](http://www.contraogenocidio.blogspot.com)).

Segundo os organizadores do ato, existe uma guerra civil não declarada no Brasil. Em cinco anos, 33,5 mil jovens foram mortos pela Polícia, a maioria jovens pobres e negros. Um caso recente, que demonstra a política racista e repressora da Polícia Militar no país, foi o assassinato do bo-

xeador Tairone Silva, 16, em Osório-RS, que fazia parte da seleção brasileira de boxe. O jovem foi assassinado por um PM com dois tiros depois de uma geral.

"O mapa da violência, publicado no final do ano passado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça, aponta que os homicídios praticados no Brasil (a maioria pela polícia), superaram as mortes em territórios conflagrados. Segundo o pesquisador Luiz Flavio Gomes, os 27 anos de guerra em Angola matou 550 mil pessoas. Em 11 anos, entre 1997 e 2007, no Brasil, as vítimas fatais foram mais 512 mil, sendo que três, em quatro vítimas, são jovens negros entre 12 e 25 anos, 70% sem

passagem na polícia. Uma verdadeira guerra civil não declarada, contra o inimigo eleito pelas elites e pelo estado brasileiro: o povo negro, os indígenas e os pobres", diz o texto de convocatória do ato.

A data marca o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em referência ao Massacre de Shaperville, na qual 69 pessoas foram mortas e 186 feridas pela Polícia racista da África do Sul, em 1960, durante a Apartheid. O ato reuniu mais de 20 mil pessoas e protestava contra a Lei do Passe, que restringia a circulação de negros no país. A APROPUC apoia e estará participando do evento.

### Gegê acusa perseguição em seu processo

O militante dos movimentos sociais de moradia Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, irá para júri popular no início do mês de abril, acusado de coautoria em homicídio, em 2002. Diversos movimentos sociais e entidades civis afirmam que o caso tem caráter de perseguição política, pois Gegê era líder do Movimento Moradia no Centro. A jornalista Lúcia Rodrigues entrevistou Gegê para a Rádio Brasil e o áudio pode ser conferido na internet: [http://www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-actual/gege\\_juri\\_popular.mp3/audio\\_view](http://www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-actual/gege_juri_popular.mp3/audio_view).

# ROLA NA RAMPA

## Ato na PUC-SP relembra os 140 anos da Comuna de Paris

Nesta quinta-feira, 24/3, às 19h, acontece na sala 333 do Prédio Novo um debate sobre os 140 anos da Comuna de Paris. O evento reúne os professores Armando Boito e João Quartim de Moraes (Unicamp), João Paulo Netto (UFRJ) e Valério Arcary (IFSP). A coordenação do evento estará a cargo dos professores Antonio Carlos Mazzeo (Unesp) e Milton Pinheiro (Unep), com promoção do Instituto Caio Prado Jr. e apoio da APRO-

PUC e do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Vários eventos marcarão a passagem dos 140 anos da Comuna de Paris, aqui na PUC-SP a APROPUC, juntamente com vários núcleos da universidade apresentará uma semana de debates sobre o tema. Também está pautada uma revista **PUCviva** especial sobre o tema que está aberta à participação de toda a comunidade, devendo os artigos serem encaminhados até 15/4.

### A COMUNA DE PARIS: 140 ANOS DEPOIS



Debate com:  
ARMANDO BOITO (UNICAMP)  
JOÃO QUARTIM DE MORAES (UNICAMP)  
JOSÉ PAULO NETTO (UFRJ/ICP)  
VALÉRIO ARCARY (IFSP)

**Dia 24 de março de 2011, às 19 horas**  
**Auditório 333, Prédio Novo da PUC-SP**  
RUA MINISTRO GODOY, 969, PERDIZES, SÃO PAULO

Promoção: Instituto Caio Prado Jr. (ICP)  
Coordenação: Antônio Carlos Mazzeo (UNESP/ICP)  
Milton Pinheiro (UNEP/ICP)

Apoio: APROPUC e NEILS

Acima, o cartaz do evento

## Estudantes cobram promessas da Reitoria

Na segunda, 14/3, diversos Centros Acadêmicos e grupos da PUC-SP se reuniram com o reitor Dirceu de Mello e o pró-reitor de relações comunitárias, Prof. Hélio Deliberador. As pautas eram algumas das propostas acordadas para que os estudantes desocupassem a Reitoria em novembro do ano passado. Na reunião avanços concretos em relação ao acordado na desocupação não foram vistos. O edital de bolsas, com 100 bolsas de 50% só sairá no começo de abril, o preço do bandeirão ainda permanece igual e a proposta colocada é que apenas 100 estudan-

tes, através de um edital, possam pagar o valor ainda altíssimo de R\$ 6 pela alimentação. Outro ponto discutido foi em relação à brinquedoteca da PUC-SP, a Frente Feminista, composta por estudantes de diversos CAs e coletivos feministas da PUC-SP, irá elaborar um projeto sobre a necessidade das mães estudantes, professoras e funcionárias terem um local na universidade para deixar seus filhos. Uma nova reunião acontece na segunda, 21, às 17h, e os estudantes estão se mobilizando para que essas propostas acordadas sejam efetivadas.

## Nu-sol promove ciclo de filmes sobre justiça e política

Entre os dias 28 e 31/3, sempre às 11h e às 18h, no Auditório Paulo Freire (Mesanino do TUCA), o Nu-sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) promoverá o ciclo de filmes *Justiça e Política*. Confira a programação: no dia 28/3, será exibido *Investigação sobre um cidadão acima de qualquer suspeita*, de Elio Petri; O

*Escritor Fantasma*, de Roman Polanski, no dia 29/3; no dia 30/3, *A Conversação de Francis Copolla*; e, por último *Terra em Trânsito*, de Glauber Rocha. Também haverá debate sobre o tema e os 47 anos do Golpe de Estado no Brasil com participação de Miguel Chaia, Lúcio Flávio de Almeida e Edson Pasetti.

## Professor, participe da enquete sobre a situação contratual

A APROPUC está realizando um levantamento em seu site sobre o impacto da deliberação 01/2011 (que maximiza ainda mais os contratos docentes) e seu impacto no dia-a-dia dos docentes. A associação en-

viou o texto de consulta pelo email dos professores e já obteve inúmeras respostas. Caso não tenha recebido o texto por email, entre em contato a APROPUC pelos telefones 3865-4914 e 3872-2685.

## Estudantes realizam mais um protesto contra tarifa

Na quinta-feira, 18/3, mais um ato contra o aumento das passagens foi realizado. Em sua décima semana consecutiva de protestos, cerca de 300 estudantes se manifestaram contra o aumento abusivo do preço das passagens. O protesto acabou em conflito com a polícia. Após o trajeto do Teatro Municipal à prefeitura, os manifestantes se dirigiram ao Terminal Bandeira,

onde pararam a circulação dos ônibus. Os estudantes retornaram em protesto ao metrô Anhangabaú local no qual realizariam um "catracasso". Na tentativa de pularem as catracas foram brutalmente reprimidos pela polícia. Os manifestantes foram cercados pelos policiais, um portão da saída foi fechado, bombas de gás foram lançadas e a violência física utilizada.

## Professora de Pedagogia recebe homenagem

A professora Maria Stela Graciani, da Pedagogia e do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) recebeu a homenagem "Mulher de Destaque da Cul-

tura Brasileira" da Câmara Municipal de São Paulo. O prêmio destacou sua militância com a questão da criança e do adolescente no Brasil.